



PROJETO DE LEI Nº 46 /2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.
Em, 20 FEV. 2013
1º Secretário

Ementa: Altera o artigo 1º e o Parágrafo Único do artigo 1º da Lei nº 16.786, de 11 de Janeiro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

Art. 1º - O art. 1º da Lei 16.786/11 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Torna obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional em ambiente hospitalar de todos os hospitais públicos e/ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados.

15:11 20/02/2013 000911 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Art. 2º - O Parágrafo Único do art. 1º da Lei 16.786/11 passa a vigorar com a seguinte redação:

Caberá ao cirurgião dentista, a que se refere este artigo, o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes internados em ambiente hospitalar.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 19 de fevereiro de 2013.


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



JUSTIFICATIVA

As alterações propostas na Lei nº 16.786, de 11 de Janeiro de 2011, cujo projeto original é de nossa autoria, visam inserir o cirurgião dentista nas equipes multidisciplinares dos hospitais. Segundo especialistas, esta inclusão possibilita uma melhora na qualidade de sobrevivência dos pacientes, uma diminuição do risco às infecções, redução do tempo de internação e do uso de medicamentos, e considerável diminuição nos custos hospitalares.

A Lei a que se pretende alterar versa somente da presença do profissional em odontologia nas unidades de terapia intensiva, e o que se sugere é que os cirurgiões dentistas estejam presentes em todos os ambientes hospitalares com participação efetiva nas equipes multiprofissionais.

A necessidade que se constata é que a presença destes profissionais não se restrinja às UTI's, mas que tenha uma maior abrangência, com atuação aos diversos setores dos hospitais, uma vez que a própria Lei original versa sobre o tratamento preventivo, e este poderá e deverá ser realizado em qualquer setor onde se fizer necessário.

Com a presente alteração na Lei em vigor, a assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar se dará no pré, trans e pós tratamento de saúde de base ao qual o paciente esteja submetido, e/ou aos portadores de doenças crônicas e com frequência minimizando intercorrências, diminuindo tempo de internamento e uso de medicamentos, refletindo em redução dos custos hospitalares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Exemplificando: paciente com edema de face, febre, linfonodos palpáveis, alteração na linhagem branca num hemograma, pode ser examinado por um médico com suspeita de alguma patologia hematológica grave, mas com a colaboração de um dentista qualificado, com um exame clínico detalhado, anamnese e radiografia periapical, faz-se um diagnóstico diferencial de um processo infeccioso dentário.

Dessa maneira, evita-se o que se denomina na bioética, de tratamentos fúteis, que apesar de motivados pelo desejo de fazer o bem, acaba por acrescentar sofrimentos a esses doentes. Além disso, esses tratamentos fúteis causam outras consequências: elevam os custos do tratamento e agravam os sofrimentos físicos e emocionais dos envolvidos nesse drama

São estas, em suma, as modificações sugeridas. Temos certeza que o presente Projeto de Lei contará com o apoio de todos os parlamentares que integram esta Casa.

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2013.


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 16786 de 11 de Janeiro de 2011

Publicado no Diário Oficial nº. 8386 de 18 de Janeiro de 2011

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 561/09:

Art. 1º. Torna obrigatória a presença de profissionais de odontologia na equipe multiprofissional das Unidades de Terapia Intensiva, em todos os hospitais públicos ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes.

Parágrafo único. Caberá ao profissional de odontologia, a que se refere este artigo, o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes internos naquelas unidades.

Art. 2º. O descumprimento desta lei implicará nas penalidades legais aplicáveis pelos órgãos e entidades de controle social dessas atividades a serem regulamentadas pelo Poder Executivo.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de janeiro de 2011.

Nelson Justus
Presidente

(Projeto de Lei: autoria da Deputada Luciana Rafagnin)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 46/2013

PROJETO DE LEI N.º: 46/2013

AUTOR: DEPUTADA ESTADUAL LUCIANA RAFAGNIN

Súmula: Altera o artigo 1º e o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 16.786/2011, de 11 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

EMENTA: PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE. ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 16.786/2011. CIRURGIÃO DENTISTA PARA ATENDIMENTO PREVENTIVO E DE EMERGÊNCIA A TODOS OS PACIENTES INTERNADOS NO AMBIENTE HOSPITALAR E NÃO SOMENTE NAS UTIs. ART. 5º, CF. ART. 24, CF. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin tem por finalidade alterar a Lei nº 16.786/11, a fim de tornar obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional em ambiente hospitalar de todos os hospitais públicos e/ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

VISTA EM

26/03/2013
Fernando Sconovello
Gondeti
CCJ



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Este é o entendimento da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Portanto, fica evidenciada a competência da nobre parlamentar para realizar a propositura do presente Projeto de Lei uma vez que não afronta nenhuma norma vigente do ordenamento jurídico brasileiro.

Cumpramos observar do artigo 1º da Lei Estadual nº 16.786, de 11 de janeiro de 2011, que se pretende alterar:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



*"Art. 1º Torna obrigatória a presença de profissionais de odontologia na equipe multiprofissional das Unidades de Terapia Intensiva, em todos os hospitais públicos e privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes.
Parágrafo único. Caberá ao profissional de odontologia, a que se refere este artigo, o atendimento preventivo e de emergência aos pacientes internos naquelas unidades."*

Verifica-se que a pretensão versa no sentido de destinar os cuidados com a saúde bucal, preventivo e de emergência, para todos os pacientes internados no hospital, e não somente nas Unidades de Terapia Intensiva.

Conforme justificativa da autora, *"a necessidade que se constata é que a presença destes profissionais não se restrinja à UTI's, mas que tenha uma maior abrangência, com atuação aos diversos setores dos hospitais, uma vez que a própria Lei original versà sobre o tratamento preventivo, e este poderá e deverá ser realizado em qualquer setor onde se fizer necessário."*

Dessa forma, nota-se que o assunto diz respeito à saúde pública.

Assim, cumpre salientar que a Constituição Federal, em seu artigo 24, inciso XII destina a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar na área de saúde, vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.
(grifo nosso)

No mesmo sentido é a previsão da Constituição do Estado do Paraná, no Art. 13, inciso XII, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:
(...)
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.
(grifo nosso)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Verifica-se que o presente Projeto trata de direito assegurado pela Carta Magna não sendo admissível restringir pessoas ou grupos de pessoas, deverá estar ao alcance de todos de forma igualitária, conforme Art. 5º, inciso XIV da Constituição Federal:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (grifo nosso)


Portanto, sem realizar análise meritória, o Projeto em tela possui adequação legal e constitucional. Assim, perfeitamente possível a alteração na mencionada lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

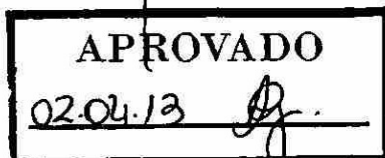
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Sala das Sessões em 02 de Abril de 2013.


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Gilberto Martin



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 46/2013

PROJETO DE LEI Nº 46/2013

AUTOR: DEPUTADO LUCIANA RAFAGNIN

SUMULA: Altera o Artigo 1º e o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 16.786/2011, de 11 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.

EMENTA: PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE. ALTERAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 16.786/2011. CIRURGIÃO DENTISTA PARA ATENDIMENTO PREVENTIVO E DE EMERGÊNCIA A TODOS OS PACIENTES INTERNADOS NO AMBIENTE HOSPITALAR E NÃO SOMENTE NAS UTIs. ART.5º, CF. ART. 24 CF. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de Lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin tem por finalidade alterar a Lei nº 16.786/11, a fim de tornar obrigatória a presença de cirurgiões dentistas na equipe multiprofissional em ambiente hospitalar de todos os hospitais públicos e/ou privados do Estado do Paraná, para os cuidados da saúde bucal dos pacientes internados.

Este projeto adianta-se ao marco legal que tramita no Congresso Nacional para o projeto de lei da odontologia intensiva no País, unido o Paraná a outros estados que já iniciaram desta discussão.

Já é comprovada a eficácia deste atendimento para salvar de vidas por meio de redução infecções adquiridas no ambiente hospitalar, especialmente em pacientes submetidos à ventilação mecânica, além da diminuição do tempo de internação e na queda significativa dos custos do tratamento, a julgar pelos gastos com remédios e com hospitalização. A boca é uma das portas de entrada do nosso organismo.

Justamente por este motivo a odontologia hospitalar aumenta em até 50% a rotatividade de pacientes nos leitos de terapia intensiva, diminui a morbidade e o índice de mortalidade pro infecções adquiridas durante o tratamento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Gilberto Martin



O trabalho deste profissional consiste atuar nas unidades de terapia intensiva acompanhando e atendendo pacientes que sofrem de patologias compatíveis com este ambiente, ou que foram ou que ainda serão submetidos a cirurgias, radioterapias, quimioterapias, bem como portadores de doenças sistêmicas crônicas ou com necessidades especiais. Isto posto, pode-se perceber claramente, que a presença do odontólogo hospitalar minimiza e previne o impacto sistêmico de doenças bucais.

Desta forma, com uma análise sanitária, este parecer não só é favorável, como sugere a complementação da lei com o objetivo da presença de cirurgiões dentistas como parte do corpo clínico dos hospitais, não restringindo sua presença apenas às UTIs.

Ressalta-se, entretanto, que não se trata de uma defesa de um trabalho de uma categoria em específico. O resultado positivo será para as próprias instituições de saúde, para o sistema que reduzirá custos e principalmente para os pacientes, razão de ser de todo este debate.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, sou favorável à aprovação do Projeto de Lei em questão como sugere a complementação da lei com o objetivo da presença de cirurgiões dentistas como parte do corpo clínico dos hospitais, não restringindo sua presença apenas às UTIs.

SALA DAS COMISSÕES 20/05/2011

PRESIDENTE

Gilberto Martin
Deputado Estadual
RELATOR

TONIATO

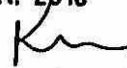
PEDRO W. PION



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PROJETO DE LEI Nº 226/13


LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 04 JUN. 2013

1º Secretário

Declara de Utilidade Pública o CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança de Jardim Alegre, com sede e foro no Município de Jardim Alegre, Paraná.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade denominada CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança de Jardim Alegre, com sede e foro no Município de Jardim Alegre, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 2013.


ARTAGÃO JÚNIOR
DEPUTADO ESTADUAL
1º VICE-PRESIDENTE



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 16.888/2011, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança de Jardim Alegre, com sede e foro no Município de Jardim Alegre, Paraná.

Fundada em 17 de maio de 1997, a entidade que é uma associação civil tem por objetivo de acordo com seu estatuto, promover ações educativas para a população em geral sobre segurança, por meio de palestras, conferências, campanhas e outros meios, entre outras atividades fiscalizar a ação policial, encaminhando coletivamente às autoridades superiores as reclamações e reivindicações da comunidade e de pessoas, quanto a ação policial, de autoridades ou mesmo de qualquer cidadão auxiliando no combate da violência e da criminalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 226/2013

Projeto de Lei nº. 226/2013
Autor: Deputado Artagão Junior

Súmula: Declara de Utilidade Pública o CONSEG- Conselho Comunitário de Segurança de Jardim Alegre, com sede e foro no Município de Jardim Alegre, Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Conselho Comunitário de Jardim Alegre**, com sede no Município de Jardim Alegre e foro no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

q) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



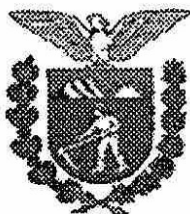
I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o **nome e o foro** da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.




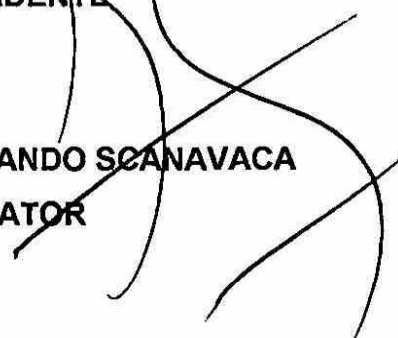
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

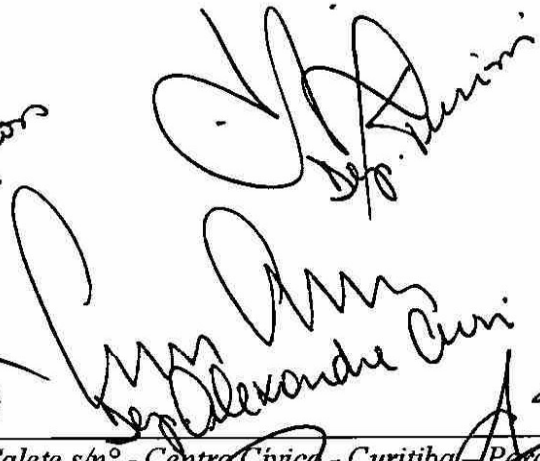
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 18 de Junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Pedro Loupion


Dep. Alexandre Curi


Dep. L. Carlson


Dep. J. P. P. P.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 226/2013

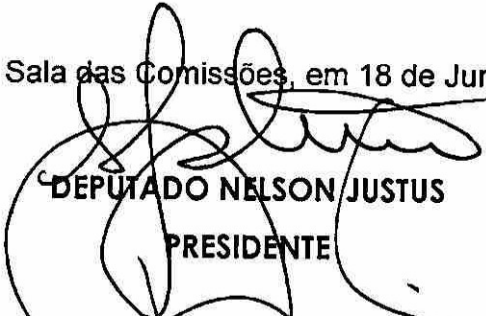
De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 226/2013, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA - Declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Jardim Alegre, com sede no Município de Jardim Alegre e foro no Município de Ivaiporã.

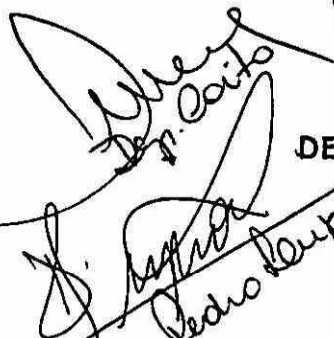

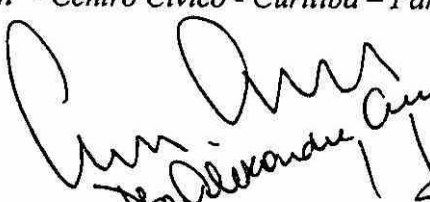


Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Conselho Comunitário de Segurança de Jardim Alegre, com sede no Município de Jardim Alegre e foro no Município de Ivaiporã.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18 de Junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 256/13

Súmula: Cria o CONSEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e adota outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica criado o CONSEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações governamentais, integrado, paritariamente, por representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil organizada.

Art. 2º O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR tem por finalidade deliberar sobre as políticas públicas que promovam a igualdade racial para combater a discriminação étnico-racial, reduzir as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, atuando no monitoramento e fiscalização dessas políticas públicas setoriais, em atenção às previsões do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 1.228/10).

Art. 3º Compete ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial:

I – formular a Política de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Paraná, bem como estabelecer seus princípios e diretrizes;

II – participar da elaboração da proposta orçamentária do Estado verificando a destinação de recursos para a população negra e comunidades negras tradicionais do Estado do Paraná;

III – pesquisar, estudar e estabelecer soluções para os problemas referentes ao cumprimento dos tratados e convenções internacionais de combate ao racismo, preconceito e outras formas de discriminação e as violações de direitos humanos;

IV – formular critérios e parâmetros para a implementação das políticas públicas setoriais à população negra e comunidades negras tradicionais, em consonância com a Convenção 169, da OIT e com o Decreto Federal nº 6.040/07;

V – instituir instâncias compostas por membros integrantes do Conselho e convidados, com a finalidade de promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação dos princípios e diretrizes da Política de Igualdade Racial do Estado do Paraná;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VI – identificar necessidades, propor medidas ou instrumentos necessários à implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas setoriais relevantes para o exercício efetivo dos direitos sociais, ambientais, econômicos, culturais e religiosos relativos à Igualdade Racial;

VII – zelar pela diversidade cultural da população paranaense, especialmente pela preservação da memória e das tradições africanas e afro-brasileiras, constitutivos da formação histórica e social do povo paranaense;

VIII – acompanhar e propor medidas de proteção a direitos violados ou ameaçados de violação por discriminação étnico-racial em todas as suas formas e manifestações;

IX – identificar sistemas de indicadores, com o objetivo de estabelecer metas e procedimentos para monitorar as atividades relacionadas com a promoção da Igualdade Racial no Estado;

X – receber e encaminhar aos órgãos competentes denúncias, reclamações, representações de quaisquer pessoas ou entidades, em razão das violações de direitos de indivíduos e grupos étnico-raciais;

XI – elaborar, apresentar e dar publicidade a relatório anual de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, encaminhando-o ao Governador do Estado, aos representantes dos demais Poderes e à sociedade civil;

XII – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular de políticas públicas de promoção da Igualdade Racial, por meio da elaboração de planos, programas, projetos e ações, bem como os recursos públicos necessários para tais fins;

XIII – propor aos Poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados às políticas públicas da população negra do Estado do Paraná, visando à promoção da Igualdade Racial;

XIV – subsidiar a elaboração de leis atinentes aos interesses da população negra e comunidades negras tradicionais do Estado do Paraná;

XV – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da Igualdade Racial no Estado do Paraná;

XVI – promover o intercâmbio com entidades públicas, particulares, organismos nacionais e internacionais, visando atender a seus objetivos;

XVII – pronunciar-se, emitir manifestações e prestar informações sobre assuntos que digam respeito aos direitos da população negra e das comunidades negras tradicionais do Estado do Paraná;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

XVIII – pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIC, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;

XIX – aprovar, de acordo com critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de atendimento à população negra e comunidades negras tradicionais do Estado do Paraná, que pretendam integrar o Conselho;

XX – elaborar o Regimento Interno do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR e aprovar o Plano de Políticas Públicas de Igualdade Racial, em consonância com as conclusões das Conferências Estadual e Nacional, e com os Planos e Programas contemplados nas Leis Orçamentárias.

Parágrafo único. As deliberações, tomadas com a observância do quórum estabelecido nesta Lei e dentro das atribuições acima referidas, terão caráter normativo e serão vinculantes em relação aos demais órgãos estatais, podendo o Conselho realizar contato direto com os órgãos do Estado do Paraná pertencentes à administração direta ou indireta.

Art. 4º O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CONSEPIR não ficará sujeito a qualquer subordinação hierárquica ou político partidária, de forma a preservar sua autonomia e o regular exercício de suas atribuições.

Art. 5º O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR será composto por 28 (vinte e oito) membros, a saber:

I - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a serem indicados pelo titular da Pasta;

II - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a serem indicados pelo titular da Pasta;

III - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IV - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Cultura, a serem indicados pelo titular da Pasta;

V - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Educação, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VI – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Saúde, a serem indicados pelo titular da Pasta;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VII – um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VIII - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IX - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado de Relações com a Comunidade, a serem indicados pelo titular da Pasta;

X - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XI - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado do Turismo, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XII - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XIII - um membro titular e um membro suplente da Secretaria de Estado do Esporte, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XIV – um membro titular e um membro suplente a serem indicados pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, dentre Parlamentares da sua Comissão de Direitos Humanos;

XV – quatorze representantes titulares e quatorze representantes suplentes de entidades da sociedade civil organizada com atuação na promoção da igualdade racial no Estado do Paraná, com personalidade jurídica e em funcionamento há pelo menos dois anos.

§ 1º A eleição das entidades representativas da sociedade civil no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR dar-se-á em assembleia própria, durante a Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, realizada a cada dois anos, conforme disposto em Regimento Interno.

§ 2º A Presidência do Conselho será eleita mediante procedimento determinado pelo Regimento Interno, devendo haver alternância do cargo entre conselheiros representantes de órgãos governamentais e conselheiros representantes da sociedade civil organizada.

§ 3º Caberá às entidades da sociedade civil organizada a indicação de seus membros titulares e suplentes, no prazo de trinta dias a contar da data da eleição, para a devida nomeação pelo Governador do Estado.

§ 4º O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na substituição da entidade da sociedade civil organizada pela mais votada na ordem de sucessão.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 5º Os membros das entidades da sociedade civil organizada e seus respectivos suplentes serão nomeados para mandato de dois anos, permitida uma reeleição e não poderão ser destituídos salvo por razões que motivem a deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, assegurada a ampla defesa.

§ 6º Os membros representantes do Poder Executivo e Legislativo poderão ser reconduzidos para mandato sucessivo, desde que não exceda a quatro anos seguidos.

§ 7º A função de conselheiro será considerada de caráter público relevante e exercida gratuitamente.

Art. 6º A estrutura, organização e funcionamento do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR serão disciplinados em Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado por ato próprio, no prazo de noventa dias após a posse de seus membros eleitos e indicados para a primeira gestão.

Art. 7º O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria absoluta de seus membros.

Art. 8º As deliberações do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR serão tomadas por maioria simples, estando presente a maioria absoluta dos seus membros.

Art. 9º O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz e sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos, públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 10. As sessões do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR serão públicas, abertas a qualquer interessado, que poderá participar com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 11. A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, por intermédio do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC, prestará todo o apoio técnico e administrativo, bem como local e infraestrutura necessários ao pleno funcionamento do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR.

Parágrafo único. A Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU custeará o deslocamento, a alimentação e a permanência dos Conselheiros para o exercício de suas funções, assim como para o deslocamento de comissões de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

trabalho e, ainda, as despesas dos Delegados representantes do Poder Público e dos Delegados representantes da sociedade civil organizada, eleitos na Conferência Estadual de Igualdade Racial, para viabilizar a presença dos mesmos na Conferência Nacional de Igualdade Racial.

Art. 12. Fica criado o Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - FUNDEPPIR, administrado pelo Conselho e com recursos destinados ao atendimento das ações de promoção da igualdade racial, assim constituído:

I - dotação a ele consignada no orçamento do Estado;

II - recursos provenientes do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR;

III - recursos provenientes do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR;

IV - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

V - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VI - outros recursos que forem destinados.

Art. 13. Para a pronta instalação do Conselho, os representantes da sociedade civil organizada serão indicados em assembleia especialmente convocada para este fim, cujo mandato será automaticamente extinto quando de nova escolha durante a realização da primeira Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, a ser convocada no prazo máximo de 6 seis meses, contados a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Considerado seu caráter transitório, o referido mandato dos representantes da sociedade civil, estabelecido nos termos do *caput*, não será computado para o limite previsto no art. 5º, § 5º, desta Lei.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Poder Executivo.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 17 de junho de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em, 15/06/2013
Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 062 /2013.

Curitiba, 17 de junho de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 24 JUN. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva criar o CONSEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dar outras providências.

A presente proposta de criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial justifica-se diante do disposto no art. 4º, incisos I e II, da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), conforme segue:

Art. 4º *A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:*

I – inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

II – adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

Observa-se que a lei supracitada prioriza políticas de ação afirmativa e inclusão de políticas públicas, que são fundamentais para a elaboração e construção da igualdade racial no país.

Ademais, conforme o Decreto Estadual nº 5.558, de 15 de agosto de 2012, mais especificamente em seu artigo 2º, incisos IV e V, constata-se que a criação do referido Conselho vem ao encontro das políticas públicas promovidas pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, vejamos:

Art. 2º. *O campo de atuação da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU compreende as atividades relacionadas com a definição de diretrizes para a política governamental, focada no respeito à dignidade humana, bem como a coordenação de sua execução, nas áreas:*

(...)

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.132.562-6



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

IV – de defesa dos direitos da cidadania e da pessoa com deficiência;

*V – da defesa dos direitos da mulher, da pessoa idosa e das minorias;
(grifo nosso)*

Assim, com intuito de garantir a defesa dos direitos da cidadania, bem como das minorias, as ações afirmativas propostas pelo Anteprojeto de Lei visam, nestes casos, a criação e implantação dos conselhos de direitos.

Ressalte-se, ainda, que os conselhos são mecanismos de garantia da cidadania, através da participação governamental e da sociedade civil, motivo pelo qual a proposta em tela é fundamental para formação dessa política.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 256/2013

Projeto de Lei nº. 256/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 062/2013

Súmula: Cria o CONSEPIR – Conselho Estadual de promoção da igualdade racial e adota outras providências.

EMENTA: CRIA O CONSEPIR – CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTs. 65, 66 e 87 DA CE. POSSIBILIDADE. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 95/98. CONSTITUCIONAL ANÁLISE PRÉVIA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por finalidade criar o CONSEPIR – Conselho Estadual de promoção da igualdade racial, órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações governamentais, integrando, paritariamente, por representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil organizada.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-ACabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Com relação a iniciativa das Leis, ainda, oportuno observar a **Constituição Estadual**, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Inclusive, deve-se destacar que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(vide ADIN 979-6)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 e, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar Federal 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 02 de julho de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado CAIO QUINTANA
Relator

APROVADO

02/07/13


Dep. Perillo

Dep. Heren

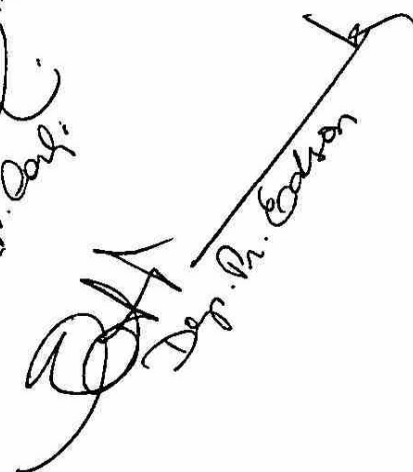

Dep. Furini


Dep. Walter


Dep. Curi

Dep. Bordin


Dep. Krieger


Dep. P. Carlson


Dep. Herunio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 256/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 062/13, que objetiva criar o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR e adota outras providências.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Caito Quintana, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Ressalta-se que o objetivo da criação do CONSEPIR tem por finalidade deliberar sobre as políticas públicas que promovam a igualdade racial, combatendo a discriminação étnico-racial, reduzindo as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Vale observar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que no art. 14 do projeto em questão, o autor salienta que as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do Orçamento do Poder Executivo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

CONCLUSÃO

Isto posto, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

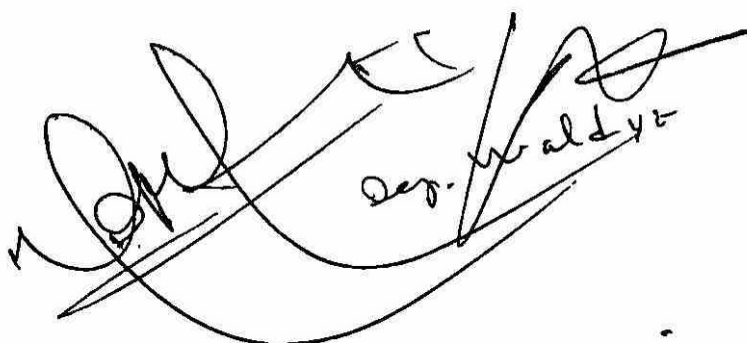
É o parecer.

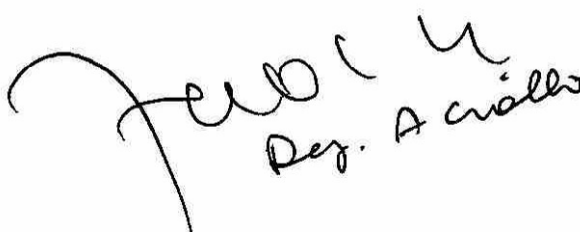
Sala das Comissões, 10/07/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR


Dep. Elvino


Dep. Waldyr


Dep. Acriello



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

PARECER

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, sobre o projeto de Lei n. 256/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO que *Cria o CONSEPIR - CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

I-RELATÓRIO

O projeto de Lei n. 256/2012, de autoria do PODER EXECUTIVO, objetiva a criação do *CONSEPIR - CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL* e adota outras providências.

De acordo com a justificativa apresentada, a proposição tem por escopo criar o mencionado conselho atendendo o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Lei Federal nº 12.288/10 (Estatuto da Igualdade Racial).

Desta forma, prioriza políticas de ação afirmativa e inclusão de políticas públicas, que são fundamentais para a elaboração e construção da igualdade racial no país.



Menciona o Decreto Estadual nº 5.558/12, em especial o seu artigo 2º, afirmando que o mencionado dispositivo vem de encontro com a proposição em análise.

Por fim, o Poder Executivo ressalta que os conselhos são mecanismos de garantia da cidadania, por intermédio da participação governamental e da sociedade civil, motivo pelo qual a proposta em tela é fundamental para a formação dessa política.

Na sequência o Projeto de Lei nº 256/2013 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Finanças, não havendo apresentação de emendas por estas.

Conforme a matéria versada no PL, o mesmo fora encaminhado a essa Comissão para análise de seu mérito.

É O RELATÓRIO.

II- DO VOTO

Conforme mencionado no relatório, o PL visa criar o *CONSEPIR - CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIA*, priorizando a criação de políticas de ação afirmativa e políticas públicas de inclusão social, que são fundamentais para a elaboração e construção da igualdade racial no país.

Assim, a matéria é diretamente conexa à competência desta comissão temática, sendo a mesma competente para exarar o presente parecer nos termos do artigo 33-U do Regimento Interno:



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

Pois bem.

A análise do mérito da proposição impõe dois tipos de preocupação.

No primeiro, ocupa-se com a efetiva existência do problema que a proposição objetiva resolver, qual seja a disparidade racial e com a eventual necessidade de iniciativa legislativa estatal para dar-lhe solução.

Enquanto, no segundo, o foco recai sobre a criação de conselho específico para deliberar sobre políticas públicas que promovam a igualdade racial para combater a discriminação étnico-racial, reduzir as desigualdades sociais, econômicas, política e culturais, atuando no monitoramento e fiscalização dessas políticas públicas setoriais.

A Relatoria não pretende se estender na avaliação do primeiro aspecto. Considerando não se admitir dúvidas a respeito das desvantagens econômicas, sociais e políticas que historicamente se acumularam sobre os ombros da população negra brasileira, nem a respeito da importância de políticas públicas



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

destinadas a sanar a situação de injustiça assim criada, em benefício da integração nacional e da construção da sociedade livre, justa e solidária por que nossa Constituição Federal almeja (art. 3º, I).

Neste aspecto, devemos de fato nos dedicar ao segundo tipo de preocupação envolvida na análise de mérito, ou seja, a criação do conselho em comento o qual se dedicará na avaliação da consistência e da oportunidade de soluções concretas para superar os obstáculos à consecução da efetiva igualdade racial no Estado do Paraná.

Assim, de um modo geral, balizo como positiva a matéria proposta, de modo que ao não se confrontarem entre si deixam de emanar a necessidade de emendamento ou propositura de substitutivo, podendo ser aprovadas integralmente.

Ante o exposto, me atenho exclusivamente ao mérito em relação a competência desta Comissão, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise nas Comissões competentes.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela **APROVAÇÃO**, do Projeto de Lei nº 256/2013, de autoria do PODER EXECUTIVO, considerando que os termos propostos, em seu mérito, em relação a essa

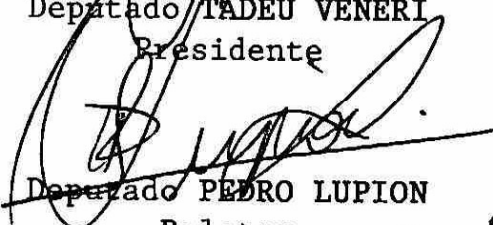



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

Comissão temática, coadunam com o ordenamento jurídico vigente, e por compreender ser um avanço legislativo o mérito da proposta.

Sala das Comissões, 17 de Julho de 2013.


Deputado TADEU VENERI
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


WILSON QUINTEIRO


NEY DEPREVOST



PROJETO DE LEI Nº 259,13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 24 JUN. 2013

1º Secretário

EMENTA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BEIT ABBA COM SEDE NO MUNICÍPIO DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beit Abba, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ: 14.159.711/0001-48, com sede na Linha Flórida Gleba Rural 77, no Distrito de Novo Sobradinho, município de Toledo, estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Cury
24 de junho de 2013

ADEMIR BIER
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Esta proposição tem por finalidade declarar de Utilidade Publica Estadual a Associação Beit Abba, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ: 14.159.711/0001-48, com sede na Linha Flórida Gleba Rural 77, no Distrito de Novo Sobradinho, no município de Toletto, estado do Paraná..

A Associação Beit Abba, foi fundada em 13.06.2011, é pessoa jurídica de direito privado, constituída, sob forma, de ASSOCIAÇÃO, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional.

Tem sede na Linha Flórida Gleba Rural 77, no Distrito de Novo Sobradinho, no município de Toledo, estado do Paraná.

Trata-se de instituição filantrópica sem fins lucrativos, com objetivo das seguintes finalidades Sociais, como desenvolvimento de creches e escolas, manter orfanatos, casas de recuperação para viciados, internato para mulheres e homens, casa de amparo à velhice hospitais, clinicas medicas (moveis) dentária; proteção da saúde, da família, da infância e adolescência. Culturais, estabelecer, manter escolas, faculdades. Promover Cursos para Alfabetização de adultos, Cursos Profissionalizantes. Projetos Ecológicos e ainda outras atividades que se fizerem necessárias para o desenvolvimento cultural da ASSOCIAÇÃO.

Considerando que, uma vez declarada de Utilidade Pública, a entidade terá a possibilidade de abrir novos projetos e parcerias inclusive com o Poder Público, solicitamos que seja concedida a Declaração de Utilidade Pública Estadual a Associação Beit Abba, possa continuar sua importantíssima missão.

Deputado Ademir Bier



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 259/2013

Projeto de Lei nº. 259/2013
Autor: Deputado Ademir Bier

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO BEIT ABBA**, com sede no Município de Toledo, Estado do Paraná.

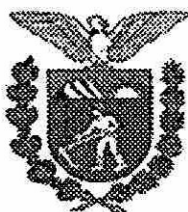
EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO BEIT ABBA**, com sede e foro no Município de Toledo, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

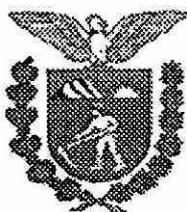
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social e cultural, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o **foro** da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.


Sala das Comissões, em 02 de Julho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dr. Neiicles


Dr. Antonio Z. de


Dr. Loupion


Dr. Walter


Dr. Turiani


Dr. P. Edison

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

02/07/13


Dep. CUR1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 259/2013

De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 259/2013, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA - Declara de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO BEIT ABBA**, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO BEIT ABBA**, com sede e foro no Município de Toledo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02 de Julho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

02/07/13

Praca Nossa Senhora da Saleté s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. CUR1



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 326/13

Súmula: Dispõe sobre o sistema de assistência à saúde dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º. A assistência à saúde dos servidores do Ministério Público, ativos e inativos, compreende assistência médica e hospitalar e terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema de Assistência à Saúde - SAS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda por meio de auxílio, mediante ressarcimento, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. O valor do ressarcimento, respeitado o limite por faixa etária, fica restrito ao total despendido pelo servidor, inclusive seus dependentes, com plano ou seguro privado de assistência à saúde

Art. 2º. O auxílio-saúde tem natureza indenizatória e não se incorpora à remuneração, vencimento, provento ou pensão e não está sujeito à incidência de imposto de renda e contribuição previdenciária.

Art. 3º. Não será devido o auxílio-saúde ao servidor em licença ou afastado sem remuneração ou, ainda, que receber verbas de espécie semelhante, tais como vantagens pessoais originárias de qualquer forma de auxílio ou benefício à saúde.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei serão custeadas com recursos próprios do orçamento do Ministério Público, o qual deverá incluir na proposta orçamentária os recursos necessários à manutenção do auxílio-saúde.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei traz à nova apreciação e deliberação desta Assembleia Legislativa o sistema de assistência à saúde dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, ativos e inativos, objeto do Projeto de Lei nº 303/13, de iniciativa da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, discutido e votado na 11ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 16 de julho próximo passado.

Sucedee que em razão de proposta de emenda apresentada pelo Deputado Tadeu Veneri, fundada em equivocada assertiva de que o parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei nº 303/13, na parte que dispõe "*inclusive seus dependentes*", distoa do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.954, de 29.11.2011, que instituiu o auxílio-saúde aos servidores do Poder Judiciário, gerou dificuldade, senão distorção, na compreensão e consequente encaminhamento e votação da matéria.

Na verdade a expressão "*inclusive seus dependentes*" revela o elevado alcance social do Projeto, uma vez que possibilita o ressarcimento de seguro ou plano de saúde com dependente do servidor desde que o respectivo valor, acrescido ao do servidor, esteja contido no limite da respectiva faixa etária (isto é, do servidor), que varia de R\$ 121,33 (até 18 anos) a R\$ 727,96 (acima de 59 anos). Explicitando, permite a um servidor que possua plena saúde contrate um plano de saúde básico e utilize o crédito excedente a que teria direito para ressarcimento de um plano de saúde de dependente que necessite de tratamento ou acompanhamento médico contínuo.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Daí a razão da apresentação deste novo projeto que, ademais, visa resguardar “a igualdade e a justiça como valores supremos”, consoante proclamado no *Preâmbulo* da Constituição da República.

Convém acrescentar que na *Justificativa* do Projeto anterior, ao qual anexou o Senhor Procurador-Geral de Justiça a *Declaração* de conformidade com o disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), foi consignado o seguinte:

“A proposta tem por objetivo atender antiga e justa reivindicação dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, garantindo-lhes a assistência à saúde e, ao mesmo tempo, instituindo em favor de todos os servidores o auxílio-saúde, de caráter ressarcitório.

Com efeito, em relação aos magistrados e servidores do Poder Judiciário, foi este benefício concedido pela Lei nº 16.954, de 29 de novembro de 2011, na esteira do Supremo Tribunal Federal (Res. nº 488, de 12.06.2012), Superior Tribunal de Justiça (Portaria nº 49, de 15.02.2007), Conselho da Justiça Federal (Res. nº 002, de 20.02.2008, com a alteração introduzida pela Res. nº 0200, de 28.08.2012), Conselho Nacional de Justiça (Instrução Normativa nº 8, de 02.07.2012), Tribunal de Contas da União (Portaria nº 61, de 03.03.2010), Advocacia-Geral da União (Termo de Acordo nº 001/2010) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Portaria Normativa nº 05/2010), entre outros.

Não se deve olvidar que pelo princípio da equivalência estipendial (*lato sensu*), subprincípio da isonomia, aos servidores do Ministério Público deve ser assegurado igual tratamento vez que, em circunstâncias semelhantes, desempenham funções assemelhadas aos servidores do Poder Judiciário.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Cumpra registrar que, à época do processo legislativo que redundou na aprovação da Lei nº 16.954/2011, não tomou o Ministério Público igual iniciativa posto que, além da falta de suficiente dotação orçamentária e financeira optou, *ad cautelam*, por aguardar pronunciamento judicial acerca da constitucionalidade da implementação do auxílio-saúde aos servidores públicos, o que sobreveio com o julgamento unânime da ADI nº 880.501-2, em 18.03.2013 (DJ de 11.04.2013), pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado.

Ressalte-se que o sistema que ora se propõe tem por finalidade proporcionar melhores condições de atendimento à saúde dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, direito social garantido pelo art. 6º, da Constituição Federal, a par da melhoria na sua qualidade de vida e subsistência e, por conseguinte, propiciar-lhes melhor disposição para o trabalho e produtividade no desempenho de suas funções.

Segundo o art. 1º, a assistência à saúde dos servidores ocupantes de cargo efetivo do Ministério Público, ativos e inativos, dos servidores ocupantes de cargo em comissão e servidores à sua disposição, compreende a assistência médica e hospitalar e terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema de Assistência à Saúde – SAS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda por meio de auxílio, mediante ressarcimento, de forma estabelecida em regulamento.

De acordo com o parágrafo único deste artigo, o valor do ressarcimento fica limitado ao total despendido pelo



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



servidor, inclusive seus dependentes, com plano ou seguro privado de assistência à saúde.

O art. 2º do Anteprojeto atribui natureza indenizatória ao benefício, que não se incorpora à remuneração, vencimento, provento ou pensão, não estando, portanto, sujeito à incidência do imposto de renda e da contribuição previdenciária.

O valor a que fará jus cada beneficiário será detalhado no regulamento a ser editado pela Procuradoria-Geral de Justiça e dependerá sempre da existência de disponibilidade orçamentária e financeira. Observe-se que em hipótese nenhuma poderá ultrapassar o montante efetivamente despendido no pagamento do plano de saúde.

O auxílio-saúde será custeado com recursos próprios do Ministério Público do Estado do Paraná e estará vinculado aos limites do orçamento, independente dos reajustes de preços praticados pelas operadoras, tampouco dos indicadores econômicos.

Cumpre ressaltar que, conforme estudos realizados pela Divisão de Folha de Pagamento, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$ 496.191,69 (quatrocentos e noventa e seis mil, cento e noventa e um reais e sessenta e nove centavos), sendo R\$ 467.801,25 (quatrocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e um reais e vinte e cinco centavos) para os ativos e R\$ 28.390,44 (vinte e oito mil, trezentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos) para os inativos, corresponde a um acréscimo de 1,60% (um vírgula sessenta por cento), sendo referida despesa, estimada em R\$ 2.977.150,14 (dois milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e cinquenta reais e quatorze centavos) para o presente exercício (cálculo efetuado considerando o período de julho a



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná


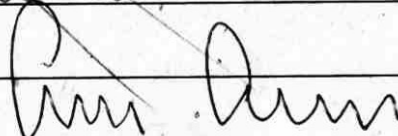


dezembro), viabilizada mediante alteração orçamentária com indicação de recursos, na forma prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 17.219, de 09.06.2012), atendendo, assim, ao pressuposto de adequação à Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.398, de 18.12.2012), conforme Informação nº 713/13 do Departamento Financeiro - DF.

Impende esclarecer, por fim, que por se tratar de instituição de auxílio-saúde, verba de natureza indenizatória explicitamente declarada no texto, o gasto correspondente não é computado na apuração da despesa total com pessoal, nos termos do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não obstante, segundo Informação nº 855/2013, do Departamento Financeiro, a despesa total com pessoal da Instituição, no presente exercício (jan/dez/2013) encontra-se no patamar de 1,641% (um virgula seis, quatro, um), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 24 próximo passado”.

Curitiba, 24 de julho de 2013.

1.  _____ ADEMIR TARGIANO
2.  _____ Alexandre Costa



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Pará



3. ~~Antônio~~ Maurício Maia
4. ~~Nelson~~ Nereu Moura
5. ~~Dr. BATISTA~~ Dr. Batista
6. ~~Alcides~~ Gilson de Souza
7. ~~João~~ JOVANA GUIMARÃES
8. ~~Agostinho~~ BIER
9. ~~Waldyr~~ WALDYR PUGLIESI
10. ~~Adelino~~ RIBEIRO
11. ~~Roberto~~ ACIOLLI
12. ~~Elcio~~ ELCIO RUICH
13. ~~Pedro~~ PEDRO LUPION
14. ~~Daniel~~ DANILIO GENARI
15. ~~Gilson~~ GILSON DE SOUZA
16. ~~André~~ ANDRÉ BUENO
17. ~~Leonardo~~ LEONARDO PARANHOS
18. ~~Francisco~~ FRANCISCO SILVEIRA
19. ~~Rose~~ ROSE LITKO
20. ~~Marina~~ MARINA
21. ~~Henrique~~ HENRIQUE
22. ~~William~~ WILLIAM CRISTIANO
23. ~~Reinhold~~ REINHOLD STEPHANES JR.
24. ~~Antonio~~ ANTONIO CARLOS BELINATI
25. ~~Marcelo~~ MARCELO
26. ~~Antonio~~ ANTONIO CARLOS KATV
27. ~~Luiz~~ LUIZ CARLOS MARTINS



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Pará



28. ~~Rossoni~~ ROSSONI

29. ~~SCANAVACA~~ SCANAVACA

30. ~~N. LUCIEN~~ N. LUCIEN

31

32

~~Evandro~~
~~N. Justus~~

EVANDRO JR

N. Justus

te



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 1354/2013-GAB

Curitiba, 24 de julho de 2013.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 05 AGO. 2013

1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 05/08/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, proponho a Vossa Excelência seja apresentado, conjuntamente com a maioria absoluta dos Membros dessa Augusta Casa de Leis, nos termos do art. 70 da Constituição do Estado do Paraná e do art. 126 do Regimento Interno dessa colenda Assembleia, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o sistema de assistência à saúde dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências, considerando ter sido a votação do Projeto de Lei nº 303/13 que versou sobre a mesma matéria, na 11ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 16 de julho próximo passado, conduzida, ao que parece, por argumentos que fugiram, a rigor, aos ditames do quanto constante de igual tratamento dispensado aos servidores judiciais.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Releva ponderar já ter sido o Projeto reputado regular, sob os aspectos de constitucionalidade e adequação orçamentária e financeira, pelas respectivas Comissões, em regime de Comissão Geral, restando sua reapreciação plenária.

Na certeza da concretização do esperado apoio, até como condição histórica de reafirmação de permanente relações de harmonia e consideração institucional com esse respeitável Parlamento e seus nobres Deputados, renovo a Vossa Excelência e a eles todos expressões de elevada cordialidade e apreço.

Gilberto Giacoia
Procurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 1439/13-GAB

Curitiba, 06 de agosto de 2013.



Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me encaminhar a essa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, a inclusa *Declaração* e documentos que a acompanham, com vistas a instruir o *Projeto de Lei nº 326./13*, que dispõe sobre o sistema de assistência à saúde dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Ao ensejo apresento a Vossa Excelência expressões de elevada consideração e respeito.

Gilberto Giacoia
Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente do Anteprojeto de Lei, em anexo, que institui o auxílio saúde aos servidores do Ministério Público, ativos e inativos, será viabilizada mediante alteração orçamentária com indicação de recursos, na forma prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 17.219, de 09.06.2012), apresentando compatibilidade com as diretrizes por esta aprovadas, com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 (art. 16, § 1º, inciso II, LRF), e adequação orçamentária e financeira com a Lei nº 17.398, de 18.12.2012 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 – art. 16, § 1º, inciso I, LRF).

Curitiba, 06 de agosto de 2013.

Gilberto Giacoia

Procurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO

PROTOCOLADO : 2805/2013
INTERESSADO : ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
ASSUNTO : Solicitação

INFORMAÇÃO Nº 261a/2013

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça:

Em atenção ao contido no inciso I, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, informamos abaixo o quadro demonstrativo do incremento referente a implantação do auxílio-saúde aos Servidores ativos e inativos do Ministério Público do Estado do Paraná:

Auxílio_saúde	Mensal	Incremento		
		Jul-Dez/2013	2014	2015
Sevidores Ativos	467.801,25	2.806.807,50	5.613.615,00	5.613.615,00
Servidores Inativos	28.390,44	170.342,64	340.685,28	340.685,28
TOTAIS	496.191,69	2.977.150,14	5.954.300,28	5.954.300,28

SERVIDORES ATIVOS				
Faixa Etária		Valor Mensal	Quantidade	Mensal (R\$)
De	Até			
0	18	121,33	0	-
19	23	198,65	85	16.885,25
24	28	271,41	409	111.006,69
29	33	292,77	263	76.998,51
34	38	339,70	162	55.031,40
39	43	370,64	141	52.260,24
44	48	445,42	136	60.577,12
49	53	520,48	87	45.281,76
54	58	564,95	52	29.377,40
59	120	727,96	28	20.382,88
TOTAL				467.801,25

SERVIDORES INATIVOS				
Faixa Etária		Valor Mensal	Quantidade	Mensal (R\$)
De	Até			
0	18	121,33	0	-
19	23	198,65	0	-
24	28	271,41	0	-
29	33	292,77	0	-
34	38	339,70	0	-
39	43	370,64	0	-
44	48	445,42	0	-
49	53	520,48	0	-
54	58	564,95	0	-
59	120	727,96	39	28.390,44
TOTAL				28.390,44

Informamos que o impacto mensal no valor de R\$ 496.191,69 (quatrocentos e



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná




SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO

noventa e seis mil, cento noventa e um reais e sessenta e nove centavos), representa 1,60% (um vírgula sessenta por cento) do total bruto da folha de pagamento referente ao mês de Junho/2013.

Curitiba, 21 de junho de 2013.


Luiz Carlos Costa

Chefe da Divisão de Folha de Pagamento


Neko Kouji Onishi
Auxiliar Administrativo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO Nº 0713/13
PROTOCOLO Nº 2805/13 - MP/PR.
ASSUNTO: Implantação do Auxílio-Saúde.

Senhor Subprocurador-Geral:


Informo a Vossa Excelência que os recursos orçamentários necessários para implantação do auxílio-saúde aos servidores efetivos, ativos e inativos, servidores comissionados e à disposição deste Ministério Público do Estado do Paraná, correspondem ao valor de R\$ 2.977.150,14 (dois milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e cinquenta reais e quatorze centavos), considerando-se o período de julho a dezembro/13.

Este recurso, embora não tenha sido previsto na Lei Orçamentária nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, poderá ser remanejado da espécie Pessoal, uma vez que foram previstos reajustes na ordem de 27,3%, a partir do mês de janeiro/13 e, concedidos, 5%.

A despesa se autorizada, correrá à conta da dotação orçamentária 0901.03091434.010 – Administração dos Serviços do Ministério Público do Estado do Paraná, classificada no subelemento de despesa 3390.4801 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas.

Curitiba, 21 de junho de 2013.


Maria Priscila Mazarotto Thomé
Diretora

Visto: 21/06/13
Orçamentário - 



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO : Nº 855/2013

PROTOCOLO : Nº 2805/2013 – MP/PR

ASSUNTO : IMPACTO RELATIVO A DESPESA TOTAL COM PESSOAL, EM FACE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – AUXÍLIO SAÚDE AOS SERVIDORES – A PARTIR DE JULHO/2013.

I - DO LIMITE DE 2%

a) Segundo o artigo 20, inciso II, alínea d, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a despesa total com pessoal do Ministério Público não poderá exceder o percentual de 2% da Receita Corrente Líquida.

b) De acordo com o artigo 22, parágrafo único, quando a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite - 1,90 % -, são vedados:

- I. concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;*
- II. criação de cargo, emprego ou função;*
- III. alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;*
- IV. provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;*
- V. contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

II - DO CÁLCULO DO IMPACTO

a) O Ministério Público elabora a sua folha de pagamento e tem os registros referentes aos gastos com pessoal, tendo sido projetados os valores para o exercício de 2013 com base no orçamento anual. Os montantes da Receita Corrente Líquida foram previstos com acréscimo de 5% (cinco por cento) em relação à do exercício de 2012.

b) A situação para o exercício de 2013, antes do cômputo da despesa em análise, é a seguinte:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Período	RCL	Despesa Realizada			
		Deduzido IRRF e Desp. Ex. Ant.	% da RCL	Deduzido Pensionistas	% da RCL
Maio/12 a Abr/13	22.628.804.046	314.603.701	1,390%	311.841.201	1,378%
Set/12 a Ago/13	22.986.796.712	346.500.159	1,507%	343.087.659	1,493%
Jan/13 a Dez/13	23.356.902.464	384.547.865	1,646%	380.322.865	1,628%

c) O impacto da despesa em questão corresponde a R\$ 496.191,69 mensais para os meses de julho a dezembro/13, conforme quadro a seguir:

Período	RCL	Despesa Realizada			
		Deduzido IRRF e Desp. Ex. Ant.	% da RCL	Deduzido Pensionistas	% da RCL
Maio/12 a Abr/13	22.628.804.046	314.603.701	1,390%	311.841.201	1,378%
Set/12 a Ago/13	22.986.796.712	347.492.543	1,512%	344.080.043	1,497%
Jan/13 a Dez/13	23.356.902.464	387.525.015	1,659%	383.300.015	1,641%

d) Se autorizada, a despesa em questão corresponderá a **0,012%** no gasto total com pessoal, no exercício de 2013, em relação à Receita Corrente Líquida (prevista para o exercício de 2013) de **R\$ 23.356.902.464,00**.

É a informação.

D.F, 21 de junho de 2013.


Maria Priscila Mazarotto Thomé
Diretora



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 326/2013

Projeto de Lei nº. 326/13

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ E OUTROS

Súmula: Dispõe sobre o sistema de assistência à saúde dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: REAPRESENTAÇÃO DE PROJETO. SISTEMA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. REAPRESENTAÇÃO. POSSIBILIDADE. ARTIGO 126 DO REGIMENTO INTERNO. PROPOSITURA PELA MAIORIA ABSOLUTA DO MEMBRO DA ALEP. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGALIDADE. PRECEDENTE DE CONSTITUCIONALIDADE TJ/PR. ADI Nº 880.501-2. PARECER NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA ANEXA.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público em conjunto com 32 deputados estaduais, visa instituir o sistema de assistência à saúde dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. Para aprovação apresenta justificativa que o ampara de forma constitucional, na forma que trata-se de matéria cujo Legitimidade assiste ao proponente, bem como se encontra de acordo com os ditames de Lei de Responsabilidade Fiscal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, insta salientar que o objeto material de que trata o projeto em comento já fora analisado em plenário tendo sido rejeitado nesta Sessão Legislativa, porém, de acordo com artigo 126 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a possibilidade de reapresentação de projeto rejeitado na mesma Sessão Legislativa, deverá vir acompanhado de maioria absoluta de assinaturas para nova proposição, o que resta cumprido pelo projeto em comento.

Desta forma, nada mais há de se concluir senão a aprovação do projeto de lei ora analisado, pelos fundamentos de direito a seguir apresentados.

FUNDAMENTAÇÃO

De forma preliminar, cumpre esclarecer que se trata de Reapresentação de matéria quando então fora votada em dia 16 de julho do corrente ano em Plenário do Poder Legislativo sob nº 303/2013, tendo sido rejeitado.

Ocorre que, nos termos do artigo 126 do Regimento Interno do Legislativo Paranaense, a possibilidade de reapresentação de projetos de lei rejeitados na mesma Sessão Legislativa é clara quando proposta pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, senão vejamos:

“Art. 126. As matérias de projetos de lei, rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembleia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.” (Grifamos)

Tendo em vista que o presente projeto de lei encontra-se reapresentado pelo Ministério Público, somado às 32 (trinta e duas) assinaturas dos Senhores Deputados, resta superado a maioria absoluta a que se refere o artigo 126 do Regimento Interno.

Passada a questão da possibilidade de reanálise do projeto em questão, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

“Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.”

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe também ao Ministério Público, vejamos:

“Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.”

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

“Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.”

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

“Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.” (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

“Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.” (grifo nosso)

Além do mais, a **Lei Federal nº 8.625** de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

“Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;” (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Em que pese não se possa mencionar a possibilidade de ser Inconstitucional o projeto em análise, cumpre à esta Comissão apresentar acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, que se deparou com a questão da constitucionalidade da Lei Estadual nº 16.954/2011 cujo teor é o mesmo do projeto em questão, porém, o benefício é concedido aos servidores do Tribunal de Justiça, vejamos:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 16.954/2011 QUE INSTITUIU O AUXÍLIO-SAÚDE A MAGISTRADOS E SERVIDORES DE CARGOS EFETIVOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - QUESTÃO DE ORDEM - COMPETÊNCIA DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA - MATÉRIA QUE NÃO É DE INTERESSE EXCLUSIVO DOS MAGISTRADOS - PRECEDENTES DO EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL" (AG. REG. NA RECLAMAÇÃO 1952-7 E AG. REG. NA RECLAMAÇÃO 1.097). (TJ-PR , Relator: Guilherme Luiz Gomes, Data de Julgamento: 20/08/2012, Órgão Especial)

Nos termos apresentados em justificativa pelo Ministério Público, o órgão ministerial pleiteia legitimamente aplicação do "princípio da equivalência estipendial (*latu sensu*), subprincípio da isonomia, aos servidores do Ministério Público deve ser assegurado igual tratamento vez que, em circunstâncias semelhantes, desempenham funções assemelhadas aos do Poder Judiciário".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei, além de restar transparente e legítima a proposição em favor de seus servidores.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que por se tratar de verba de natureza indenizatória tacitamente declarado no texto do projeto em comento, assim, o gasto correspondente não é computado na apuração da despesa total com pessoal conforme traz art. 18, da Lei Complementar n.º 101/00:

“Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.”

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça


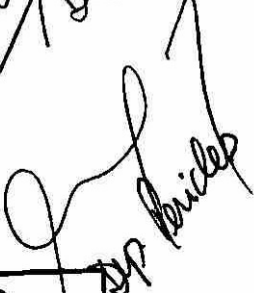



Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO** na forma da Emenda Modificativa anexa.

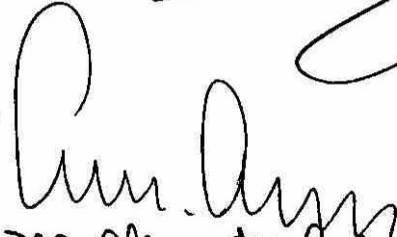
Sala das Comissões, 06 de agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**
Dep. Leides de Mello
Dep. R. Edson
06/08/13

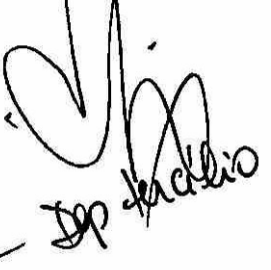
APROVADO
06/08/13 

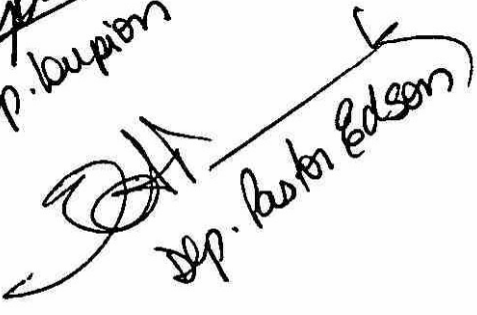

Dep. Alexandre Curi


Dep. Carlos


Dep. Hernandes


Dep. Lupion


Dep. Leides


Dep. Pastor Edson



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 326/2013

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 326/2013, encontra-se respaldada no artigo 137, § 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, modifica o artigo 1º do presente projeto de lei, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º. A assistência à saúde dos servidores efetivos do Ministério Público, ativos e inativos, compreende assistência médica e hospitalar e terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema de Assistência à Saúde – SAS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda por meio de auxílio, mediante ressarcimento, na forma estabelecida em regulamento.”

**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**

Dep. Pericles Melles
Dep. Pr. Edson

06/08/93

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 2013.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

ALEXANDRE CURI
RELATOR

Praça Nossa Senhora do Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

06/08/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 326/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público – Maioria absoluta dos Deputados, que dispõe sobre o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável com Emenda Modificativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pela Procuradoria Geral de Justiça-Ministério Público do Estado do Paraná encontra-se plenamente justificada.

Assevera o autor que, conforme estudos realizados pelo Departamento Financeiro daquele órgão, os recursos orçamentários necessários no período de julho a dezembro de 2013 correspondem ao valor de R\$2.977.150,14 (dois milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e cinquenta reais e quatorze centavos).

Encontra-se anexo a proposta a declaração do ordenador de despesas, Senhor Dr. Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça, informando que o auxílio saúde aos servidores do Ministério Público, ativos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



e inativos, será viabilizada mediante alteração orçamentária com indicação de recursos, na forma prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 17.219, de 09/06/12), apresentando compatibilidade com as diretrizes por esta aprovadas, com o Plano Plurianual – PPA aprovado pela Lei nº 17.013, de 14/12/2011 (art. 16, § 1º, inciso II, LRF), e adequação orçamentária e financeira com a Lei nº 17.398, de 18/12/12 (Lei Orçamentária e financeira com a Lei nº 17.398, de 18/12/12 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 – art. 16, § 1º, inciso I, LRF).

Vale ressaltar que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO RUSCH
RELATOR

DEP. WALDYR

CONTRÁRIO DEP. PR. EDSON

Dep. A. C. L. L.